

# No parque dos politicossauros<sup>1</sup>. Breves palavras sobre o ensino da gramática

Patricia Teles Álvaro

*“Os limites da minha própria  
linguagem significam os limites do  
meu próprio mundo.”*  
(Tractatus)<sup>2</sup>

## 1. Primeiras considerações

A idéia de escrever esse ensaio surgiu em virtude das dúvidas e aflições de estudantes de Letras (e de outros cursos, na disciplina de Produção de texto). Medos que emergem diante de uma prática crítico-reflexiva do estudo da gramática da língua portuguesa em detrimento ao saber tradicional de memorização das listas de nomenclaturas.

Pensar o modo de ensinar gramática nas aulas de língua portuguesa (e de Produção de texto) perpassa por questões sociais e políticas envolvidas no processo de formação e resgate da cidadania lingüística do indivíduo-aluno. Essa temática é deveras instigante e se potencializa num desafio maior de tratá-la evitando a terminologia e conceitos específicos pertinentes aos artigos científicos, sem me esquivar da densidade que o assunto propõe.

Assim, menos que um trabalho acadêmico e mais que uma conversa descomprometida, esse breve ensaio nasce da vontade de dialogar com os interessados em língua/gramática, sendo uma tentativa embrionária de caminhos elucidativos.

O ensaio será dividido em duas partes. Assim, nesta edição, está a primeira parte e na próxima edição a segunda parte.

## 2. Aula de português: pra quê te quero?

O título desse ensaio se reporta à capa da Revista *Veja* - Domingo, 16 de outubro de 2002. A reportagem apresenta o parque dos dinossauros

e suas espécies jurássicas de *politicossauros*, *enricossauro*, *obsoletossauro*, *inqueritossauro* e o único exemplar brasileiro de *impeachmentossauro*<sup>3</sup>.

Anuncia-se que “nesta eleição o brasileiro se livrou de alguns dinossauros representativos de uma categoria de políticos (...)”.

O universo político e o universo dos dinossauros combinados formaram um novo conceito lexical.

O leitor mais atento entende a ironia produzida pelo jogo metafórico.

Mas, nos colocamos outro questionamento, qual o lugar desses casos nas aulas de português? Podemos apenas apresentá-los como um neologismo e classificá-los, morfologicamente, como substantivos? Ou devemos nos intrigar e nos deixar instigar por essa provocação lingüística, desvendando as marcas expressivas dos sujeitos social e político presentes na palavra?

Sabemos que nos decidir por um caminho ou outro define a dimensão do estudo gramatical que nos propomos. Juntamente com essa postura de ensino gramatical, estão arraigados valores políticos, sociais e culturais, que envolvem tanto o educador quanto o educando.

Diante disso, alguns pontos precisam ser esclarecidos:

1. O que é uma aula de gramática de língua portuguesa?
2. Qual a importância da gramática nas aulas de Produção de texto?
3. Qual a influência da gramática nas aulas de Compreensão de textos?

E para isso precisamos (i) voltar no tempo e entender por quê e pra quê surgiu o estudo de gramática (abordado no item 2) e (ii) olhar como, por quê e para quê ensinamos e estudamos gramática nos dias de hoje (abordado no item 3).

Nessa primeira parte, apresentamos uma visão panorâmica, abrangendo os itens (i) e (ii). Na segunda parte, apresentada na próxima edição, abordamos as questões 1, 2 e 3.

### **3. O estudo da gramática da língua portuguesa**

No século XVI, surgem as nossas primeiras gramáticas. A *gramática da linguagem portuguesa* - 1536, de Fernão de Oliveira; *Gramática da língua portuguesa* -1540, de João de Barros e as obras *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portugue-*

sa - 1574, de Pêro de Magalhães de Gândavo e *Ortografia e origem da língua portuguesa* –1576, de Duarte Nunes de Leão. As duas últimas sendo manuais ortográficos e etimológicos.

João de Barros nos apresenta a definição de gramática herdada da tradição greco-latina:

É um vocábulo grego: quer dizer ciência de letras. E segundo a definição que lhe os gramáticos deram; é um modo certo e justo de falar e escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos<sup>4</sup>.

Naquele momento histórico, social, político e cultural, o estudo da gramática se cumpria como um conjunto de regras outorgadas pelos barões doutos. O saber gramatical era um instrumento de poder, de dominação e de exclusão.

O Brasil começa a ser colonizado na primeira metade do século XVI, sabemos que no nosso território se misturavam diferentes povos, africanos, portugueses, espanhóis, indígenas. Vivíamos numa mesclagem cultural, religiosa e lingüística. Em meio a essas diferenças, se formou a língua portuguesa no Brasil, com suas características propriamente nacionais.

Não vamos discutir, aqui, as questões lingüístico-políticas em relação ao português de Brasil e de Portugal, como as nossas diferenças léxico-semânticas e outras nuances. Essa é uma outra estória.

Vamos nos deter em entender os comprometimentos da postura de estudo da gramática que se manteve nos moldes daquela do século XVI.

Apesar de a língua ter evoluído (sofrido mudanças ortográficas e outras) e de vivermos outro momento histórico-político, o alicerce de estudo da gramática ainda é o dos barões doutos.

Vamos pensar um pouco sobre isso.

#### 4. O que queremos com a gramática?

Sabemos (e, se não, precisamos saber) que todo falante de uma dada comunidade lingüística naturalmente internaliza o padrão gramatical daquela língua. Isso quer dizer que a gramática da nossa língua é patrimônio adquirido cognitivo e culturalmente.

Então, o que fazemos na escola, nas aulas de gramática?

Primeiramente, vamos entender que a Gramática (esse padrão lingüístico internalizado nos nossos primeiros anos de vida) pode ser estudada de modo *prescritivo* ou *descritivo*. E, que diferença isso acarreta na nossa vida prática como cidadãos?

A gramática tradicional, também chamada normativa (largamente praticada nas escolas), se ergue com base numa postura prescritiva, ou seja, à gramática cabe ditar as regras, independentemente do seu uso e dos seus sujeitos. Isso tem gerado alunos inseguros diante de regras sem coerência e professores inseguros diante da falta de conhecimento para explicar as tais regras.

Forma-se uma verdadeira bola-de-neve esmagadora da auto-estima dos estudantes e falantes em geral e se cria uma esfera de alunos desestimulados, que acreditam na sua incompetência gramatical. Declarações como “não sei gramática”, “odeio as aulas de português”, “detesto decorar aquelas regras gramaticais”, “admiro quem sabe gramática”, “pra quê aprender o que nunca vou usar” são comuns entre os alunos e muitos, se não todos, chegam à graduação em Letras com essas verdades arraigadas.

O problema se forma e se perpetua por conta dessa postura prescritiva de ensino de gramática nas aulas de português. Ensinar e aprender gramática se confunde com isolar a palavra na frase e classificá-la morfológicamente, ou isolar conjunções para a análise sintática das orações. Isso incentiva alunos a memorizarem listas e impulsiona a prática da reprodução da nomenclatura. O professor que age assim também foi aluno-vítima desse mecanismo e não encontrando saída, hoje, repete o esquema.

Diante desse quadro, inevitavelmente, temos que nos perguntar: devemos mesmo acreditar que há uma massa de incapazes para a gramática? E qual o papel desse estudo de gramática? Melhor seria, qual o papel político da educação/educador?

A educação tem um papel imediatista de capacitar o indivíduo com as bases de conhecimentos para sua inserção no mercado de trabalho, mas esse resultado pode vir como consequência de uma transformação humana e não apenas uma capacitação mercadológica. Isso quer dizer, o indivíduo vai se tornar mais competitivo com o aprimoramento das suas habilidades imaginativa e abstrata, desenvolvendo sua capacidade crítico-reflexiva, ou seja, manifestando-se como sujeito-agente da sua sociedade.

O estudo da gramática da língua portuguesa não pode negligenciar esse dever. O ensino da gramática deve garantir cidadania lingüística ao estudante, dando a ele autonomia no uso dos mecanismos gramaticais. O estudante, dessa forma, se torna competente na escrita e leitura de textos – dos verbais aos não-verbais - ou seja, se torna sujeito-agente do seu discurso.

Como fazer isso? Precisamos nos livrar do ranço que estudar gramática é memorizar listas e saber preencher lacunas com as classes das palavras. Em seguida, interagir com a língua e sua gramática a fim de entendê-la (e operá-la) nos textos jornalísticos, nas poesias, nos discursos políticos, nas propagandas, nas reuniões de trabalho, nas entrevistas de emprego, nas conversas ao telefone, enfim, na vida cotidiana.

Entender que a gramática está na nossa boca todo o tempo. Isso estreita os vínculos entre falante e a gramática da sua língua. O resgate dessa intimidade é emergencial uma vez que o estudo tradicional (prescritivo) nos divorciou de maneira agressiva. Com esse propósito, conscientes das dimensões política, social e até psico-emocional envolvidas (subjacentemente) nas aulas de gramática, podemos iniciar a transformação.

## 5. A gramática argumentativa

***“Ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo”***

(Paulo Freire. In: *Pedagogia da autonomia*. Pp.98)

O estudo da gramática de uma língua deve permitir que os sujeitos sociais usem os elementos gramaticais - preposições, advérbios, substantivos, adjetivos, verbos e todos os demais - como instrumentos para criar efeitos e atender às intenções discursivas. Quando nos dispomos a essa reflexão estamos praticando um estudo *descritivo* e reflexivo da gramática.

Podemos dialogar com a gramática normativa, mas de maneira crítica, buscando de fato compreender as regras. Entender que as regras não estão em redomas impermeáveis e que, na verdade, elas podem ser apreendidas pela lógica discursiva e intuitiva dos falantes. Isso resgata a integração do estudante com a sua língua/gramática estudada na aula de português, retoma o sentido do estudo e incentiva a apropriação da língua, enfim, reinaugura o orgulho da identidade lingüística.

Precisa ser dito, aqui, que não estamos contra a gramática, mas sim em favor de um estudo da gramática que se aproxime da realidade

discursiva do falante, ou seja, do papel discursivo-argumentativo da gramática.

Essa conversa não acaba aqui.

## **6. Referências**

1. Capa da Revista Veja
2. Apud NEF, Frederic. A linguagem. Uma abordagem filosófica.
3. Essas formações têm sido tratadas como cruzamentos vocabulares.
4. Foi mantido o padrão ortográfico da época.